



## **Escola Bíblica Dominical**

### **LIÇÃO 24**

#### **Jesus e o divórcio<sup>i</sup>**

#### **Texto-base: Mt 19.1-12**

Poucos problemas são tão sensíveis como esses em muitas igrejas evangélicas modernas. É triste dizer, na hora em que o casamento está indo para o tribunal de divórcio, a amargura entrincheirada, o ódio, a malevolência, e a desconfiança são muitas vezes tão profundos que não existe nenhuma disposição para ouvir o que as Escrituras dizem.

Precisamente porque tantos lares evangélicos estão se dissolvendo que mais e mais estudos das passagens do Novo Testamento sobre o divórcio estão sendo impressos. De maneira alguma todos esses estudos estão de acordo um com o outro. A tendência predominante é apelar a algum conceito cristão abrangente tal como a graça a fim de diluir as passagens severas das Escrituras sobre o assunto. Alguns estudos se equivocam, indo para o lado oposto, e argumentam que as Escrituras como um todo nunca permitem o novo casamento após qualquer divórcio.

Esta lição não é o lugar apropriado para considerar todas as opções, ou mesmo oferecer uma defesa detalhada de uma delas. Além do mais, para que fosse feito uma declaração detalhada sobre a questão seria necessário estudar muitas passagens além desta aqui. Alguma ajuda pode ser encontrada nos principais comentários e estudos. Para o presente momento, iremos simplesmente esboçar o formato da controvérsia nesta passagem, e apresentaremos algumas poucas implicações óbvias.

“É lícito ao homem repudiar sua mulher por qualquer motivo”? (19:3). Essa foi a pergunta feita a Jesus por alguns dos fariseus. Ela refletia um debate teológico comum o suficiente naquele tempo. Um bloco de autoridades religiosas teria respondido com uma retumbantíssima resposta, a ponto de dizer que mesmo se um homem achasse uma mulher mais bonita, isso era motivo suficiente para se divorciar da sua esposa. O outro grupo destacado restringia a legitimidade do divórcio a casos onde a indecência grosseira havia ocorrido.

Ambas as posições basearam seus argumentos em parte em Deuteronômio 24:1, que permitia um marido se divorciar da sua esposa “por haver ele encontrado nela coisa vergonhosa”. As duas escolas de pensamento nos dias de Jesus disputavam até que ponto o

termo “coisa vergonhosa” poderia ser dilatado. Além disso, alguns grupos monásticos dos judeus insistiam que nenhum tipo sequer de divórcio era justificado.

Certamente o divórcio estava se tornando um escândalo aberto entre alguns fariseus. Talvez o fariseu divorciado mais conhecido para nós daquele período é Josefo, o famoso historiador judeu. Igualmente certo é o fato de que os dois principais grupos, embora discordassem sobre quais divórcios deveriam ser permitidos, estavam felizes em aceitar os pareceres uns dos outros em casos individuais. Noutras palavras, se a escola mais leniente sancionava o divórcio, a escola mais conservadora reconheceria aquele divórcio como legítimo e sancionaria o novo casamento, mesmo que o divórcio em questão estivesse fora dos seus próprios preceitos. Era como se os líderes religiosos cerrassem fileiras em torno da sua autoridade coletiva em vez de lutar a favor dos princípios aos quais eles aderiam. E agora Jesus estava sendo convidado a se posicionar ao lado de um grupo ou do outro.

A resposta de Jesus à pergunta deles foi em um certo sentido adiada (até Mateus 19:9), pois Ele estava persuadido de que a pergunta deles era seriamente deficiente. Ela tendia mais para o lado do “O que Deus nos permitirá fazer para nos safarmos na questão do divórcio e do novo casamento?” do que para o lado do “O que Deus deseja para a Sua criação nesta questão?” Portanto Jesus adiou dar uma resposta direta e voltou-Se para os primeiros princípios. Ele apelou ao propósito do Criador na criação dos sexos: Deus os fez “homem e mulher” (Gênesis 1:27) e disse “Por isso deixará o homem a seu pai e a sua mãe, e unirá-se à sua mulher, e serão uma só carne” (Gênesis 2:24; Mateus 19:5).

As palavras “por isso” em Gênesis 2:24 referem-se à percepção de Adão que a mulher era osso do seu osso e carne da sua carne, porquanto ela havia sido feita dele e para ele. O homem e a mulher estavam relacionados num sentido mais profundo. E por isso - devido ao Criador tê-los feito assim - os casamentos ocorrem e cada casamento é um restabelecimento do princípio de uma só carne que jaz na própria estrutura da humanidade. Um homem e uma mulher que se unem em casamento corroboram essa estrutura; “já não são mais dois, mas uma só carne”, como Deus intentou desde o começo. Desse modo sua união é profundamente uma obra de Deus, e “o que Deus ajuntou, não o separe o homem” (Mateus 19:6).

Nessa luz, o divórcio não é somente anormal - contra a estrutura da humanidade como Deus a fez - mas também uma rebelião grosseira contra o próprio Deus. Portanto, Jesus foi semelhante ao profeta Malaquias, que não apenas referiu-se ao livro de Gênesis (veja Malaquias 2:14,15) como também citou Deus dizendo: “Pois eu detesto o divórcio” (Malaquias 2:16). Jesus ainda não havia tratado da pergunta que os fariseus haviam feito; porém Ele havia derrubado as atitudes subjacentes por trás daquela pergunta e mostrado que o divórcio é uma coisa feia, pecaminosa, e rebelde. Mesmo se as circunstâncias opcionais surgirem que permitam o divórcio - sobre o qual falaremos mais daqui a pouco - devemos sempre lembrar que o divórcio não pode ser obtido sem pecado, sem cair dentro daquilo que Deus odeia.

Contudo, os oponentes de Jesus mal registraram o ponto antes de continuarem com o que eles haviam julgado como sendo a fraqueza fatal na interpretação de Jesus. Se o divórcio é algo que Deus odeia, então por que Moisés, o porta-voz de Deus, “mandou... dar-lhe carta de divórcio e repudiá-la” (Mateus 19:7)?

A referência deles era Deuteronômio 24:1; e Jesus respondeu dizendo que eles não haviam realmente entendido seu próprio texto usado para o argumento. Moisés não mandou nesta passagem que as pessoas se divorciassem, mas regulou os divórcios que estavam ocorrendo insistindo que deveria existir apropriados certificados de divórcio e que a esposa divorciada duas vezes não deveria retornar ao parceiro original (Deuteronômio 24:1-4). Dessa forma o máximo que Moisés fez foi permitir o divórcio; e essa permissão foi concedida porque ele reconheceu que o coração humano pode ser tão duro, tão pecaminoso, que o divórcio se torna necessário.

“Mas não foi assim desde o princípio”, Jesus propositadamente acrescentou (Mateus 19:8), dizendo outra vez, de fato, que qualquer tratamento do divórcio que simplesmente argumenta acerca do que pode ou não pode ser feito corre o perigo de omitir um fato básico: o divórcio, mesmo se permitido, nunca é uma coisa boa, uma opção ordenada por Deus para casamentos moralmente corretos, mas um sinal devastador de pecado.

Nesse ponto, Jesus deu Sua própria posição. “Eu vos digo porém, que qualquer que repudiar sua mulher, a não ser por causa de infidelidade, e casar com outra, comete adultério” (19:9). Esse é o versículo sobre o qual se centraliza uma considerável disputa. Mas o mais provável é que “infidelidade” seja uma categoria mais abrangente que adultério, e inclui homossexualidade e todos os outros tipos de indecência sexual. O que Jesus estava dizendo, então, pode ser parafraseado da seguinte maneira: “Qualquer pessoa que se divorcia da sua esposa e casa com outra mulher comete adultério - embora este princípio não se aplica no caso de infidelidade”.

Falando de forma precisa, essa posição é a um e ao mesmo tempo mais leve e mais pesada que as prescrições do Velho Testamento - mais leve em que a pena capital aqui não é estipulada no caso do adultério e mais pesada em que a única exceção é algum tipo de pecado sexual. Pode-se facilmente entender porque o pecado sexual foi tratado como um caso especial, uma vez que a permanência da união matrimonial é baseada em parte na união sexual. A promiscuidade sexual já é portanto um rompimento. Ela pode não exigir o divórcio - pode haver arrependimento, perdão e reconciliação, mas o divórcio e o novo casamento são permitidos como uma concessão em tais casos.

A maioria dos estudiosos admite que existe uma pequena extensão dessa exceção nos escritos de Paulo (veja 1 Coríntios, capítulo 7). Fora essa pequena extensão, entretanto, o peso da evidência do Novo Testamento é o seguinte: homens e mulheres não deveriam se divorciar, pois isso é odioso a Deus. Se eles se divorciarem, não devem casar-se novamente. Uma exceção a essa regra é feita quando o primeiro casamento termina em divórcio devido à infidelidade.

Os discípulos consideraram o ensino de Jesus um tanto severo e sugeriram de forma cínica que se Ele estivesse correto seria melhor não se casar de forma alguma - como se o apelo ao casamento fosse contingente a leis liberais do divórcio que permitem você se safar se as coisas não derem certo. Jesus respondeu que nem todos conseguem viver por essa palavra - não os ensinamentos de Jesus, como a Nova Versão Internacional sugere, mas por essa palavra dos discípulos. Noutras palavras, nem todos conseguem viver naquele estado de celibato casto que a observação cínica dos discípulos sugeriu, mas somente aqueles que possuem esse dom -

aqueles nascidos eunucos, os impotentes, aqueles que foram feitos eunucos (alguns palacianos foram castrados, como condição de serviço numa posição onde estavam rodeados por mulheres da realeza; veja Atos 8:26-39), e aqueles capazes e dispostos a viver como celibatários por amor ao Reino de Deus (Mat. 19:12).

Assim, Jesus, como Paulo que veio após Ele, enalteceu o celibato para aqueles a quem era concedido. Longe de retroceder diante do cinismo grosseiro dos discípulos, Jesus disse que para tais pessoas, eles estavam corretos: “Não convém casar” e “quem pode aceitar isso (celibato), aceite-o” (19:10,12). Mas isso não quer dizer que o celibato é um estado intrinsecamente mais santo (veja 1 Timóteo 4:1-3; Hebreus 13:4), e sim, um dom especial de Deus para algumas pessoas cuja singeleza tem o potencial de torná-los servos mais úteis do Reino.

---

<sup>i</sup> Esta lição corresponde à parte do capítulo 9 do livro **Deus conosco** (D. A. Carson , Editora PES).